



8. EQUILÍBRIO DE CONTAS



SALVADOR
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015



EQUILÍBRIO DE CONTAS

A atuação desta área visa garantir o equilíbrio das contas públicas do município, de modo que a Prefeitura possa implementar os programas e atividades demandados pela coletividade. Nesse sentido, suas atividades voltam-se para os objetivos de tornar Salvador compatível com o seu potencial de arrecadação e captação de recursos, controlando a dívida, buscando maior qualidade do gasto público e garantindo total transparência na sua aplicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)

É finalidade deste órgão formular, coordenar e executar as funções de administração tributária, financeira, patrimonial e contábil do Município.



VOCÊ PEDE A NOTA.
SEU DINHEIRO VOLTA.

REALIZAÇÕES 2015

Superávit orçamentário

Equilíbrio fiscal: A Prefeitura conseguiu chegar ao final do exercício mantendo um quadro de equilíbrio fiscal, muito raro no setor público em 2015. Esse quadro lhe permitiu cumprir rigorosamente seus compromissos financeiros com funcionários, fornecedores e prestadores de serviços, além de manter em execução todos os investimentos iniciados, muitos dos quais já concluídos.

Superávit: Apesar da situação econômica adversa, foi obtido um superávit orçamentário de R\$ 263 milhões até outubro. O quadro abaixo mostra o balanço entre Receitas Totais e Despesas Totais.



Tabela 1 – Balanço entre as Receitas Totais e Despesas Totais

RECEITAS X DESPESAS	
Detalhamento	Até outubro/2015 (R\$)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.938.160.125,48
RECEITAS CORRENTES	3.877.040.985,30
RECEITAS DE CAPITAL	61.119.140,18
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	299.385.535
TOTAL DAS RECEITAS	4.237.545.660,03
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.776.331.690,67
DESPESAS CORRENTES	3.564.270.143,27
DESPESAS DE CAPITAL	212.061.547,40
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	198.144.328
TOTAL DAS DESPESAS	3.974.476.018,64
SUPERÁVIT	263.069.641,39

Composição das principais receitas

Receitas correntes: Como em anos anteriores, houve um predomínio absoluto das Receitas Correntes, R\$ 3.877 bilhões, que representaram 91,5% das Receitas Totais da Prefeitura (R\$ 4.237 bi), ante nova frustração da realização de Receitas de Capital, em virtude da não concretização de Operações de Crédito e Transferências, pelo Governo Federal.



Tabela 2 – Comparativo da realização das Receitas entre os anos de 2014 e 2015

RECEITAS REALIZADAS			
Detalhamento	Até outubro/2014 (R\$)	Até outubro/2015 (R\$)	Crescimento
RECEITAS CORRENTES	3.999.795	3.877.041	-3,07%
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.692.128	1.525.362	-9,86%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	156.486	74.632	-52,31%
RECEITA PATRIMONIAL	163.865	141.572	-13,60%
RECEITA INDUSTRIAL	93	0	-100,00%
RECEITA DE SERVIÇOS	13.327	20.271	52,11%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.774.546	1.929.315	8,72%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	199.349	185.889	-6,75%
RECEITAS DE CAPITAL	15.228	61.119	301,37%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	6.348	100,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	226	42.675	18797,84%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.002	12.095	-19,37%
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	170.306	299.386	75,79%
TOTAL DAS RECEITAS	4.185.329	4.237.546	1,25%

Fonte: CCT- até outubro/2015.

Requisitos: Esta não concretização ocorreu a despeito da Prefeitura satisfazer todos os requisitos exigidos pelo Governo Federal, do ponto de vista de sua capacidade de endividamento, das adimplências de suas obrigações financeiras e não financeiras (como demonstra sua situação no CAUC) e também pela apresentação de projetos.

Esforço fiscal: Dos R\$ 61 milhões de Receitas de Capital, que significaram apenas 1,5% da Receita Total, R\$ 43 milhões foram resultantes de alienações de imóveis e apenas R\$ 18 milhões de transferências e uma única operação de crédito com o BNDES. Isso evidencia o grande esforço fiscal do município para financiar investimentos apenas com recursos de suas Receitas Correntes.

Transferências: Entre as Receitas Correntes, as principais foram as Transferências, no valor de R\$ 1.929 bilhão, o equivalente a 51,0% e a Receita Tributária no valor de R\$ 1,525 milhão, correspondendo a 39,3%.



Evolução das Receitas Anuais

As Receitas Tributárias cresceram 41% em 2014 em relação a 2012, enquanto o crescimento das Transferências elevou-se em 18,3%

Tabela 3 – Evolução das Receitas Anuais de 2012 a 2014

RECEITAS REALIZADAS					
DETALHAMENTO	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	R\$ Milhões	
				Variação Nominal 2013/2012	Variação Nominal 2014/2012
1- RECEITAS CORRENTES	3.606	4.175	4.815	15,8%	33,5%
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.423	1.626	2.006	14,3%	41,0%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	167	183	201	9,3%	19,9%
RECEITA PATRIMONIAL	41	212	197	418,9%	382,3%
RECEITA INDUSTRIAL	1	0	0	-72,3%	-87,8%
RECEITA DE SERVIÇOS	3	2	13	-52,0%	267,2%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.063	2.261	2.442	9,6%	18,3%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146	156	236	6,6%	61,8%
CONTA RETIFICADORA DA RECEITA	239	264	280	10,6%	17,1%
2- RECEITAS DE CAPITAL	31	5	23	-82,4%	-27,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	0	0	-100,0%	-100,0%
ALIENAÇÃO DE BENS	0	1	7	1050,8%	13832,8%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28	5	16	-82,5%	-43,2%
3- RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	199	194	229	-2,6%	14,9%
TOTAL DAS RECEITAS (1+2+3)	3.836	4.374	5.066	14,0%	32,1%

Fonte: Sefaz / CCT (RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Programa de Parcelamento Incentivado (PPI-1)

Lançado em 2014, o programa visa incentivar o contribuinte a regularizar débitos com o município, constituídos até o exercício de 2012. A iniciativa assegurou uma expectativa de ingresso de receita nos cofres públicos da ordem de R\$ 555 milhões em 120 meses. Até setembro de 2015, foram arrecadados cerca de R\$ 140 milhões.

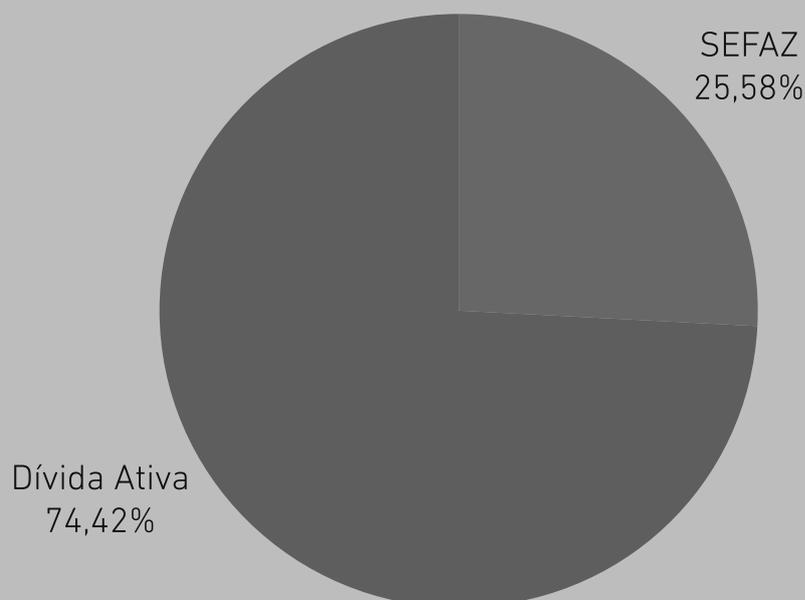


Tabela 4 – Arrecadação PPI 1 Acumulada

ARRECAÇÃO ACUMULADA PPI-1			
Origem	Jan a Set 2015	2014	TOTAL
SEFAZ	9.327	26.606	35.933
DÍVIDA ATIVA	29.313	75.239	104.552
Total	38.640	101.845	140.485

Fonte: CAC – até setembro de 2015.

Gráfico 1 – Arrecadação de PPI acumulada até setembro/2015



Programa de Parcelamento Incentivado (PPI-2)

Ação Conjunta: A iniciativa surgida em 2015 partiu de uma ação conjunta promovida pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça com o município, através da SEFAZ e da Procuradoria Geral. O objetivo da Corregedoria era reduzir o número de processos em tramitação relacionados a dívidas com o município, calculados em 230 mil. A proposta coincidiu com a intenção da Prefeitura em promover uma ação de cobrança de débitos voltada tanto para estes processos como para aqueles ainda na esfera administrativa.

Projeto de Lei: Em 22 de outubro, foi aprovada a Lei 8.927, que instituiu o Programa e estabeleceu condições especiais para a promoção de regularização de créditos do município, decorrentes de débitos tributários ou não, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014.



Condições: Para pagamento em cota única, foi promovida redução de 100% das multas de mora, de infração e dos juros de mora, e 75% dos honorários advocatícios. Para o pagamento parcelado, a proposta foi de redução de 100% dos juros de mora e 50% das multas de mora e de infração, podendo a quitação dos honorários advocatícios ser realizada em até 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com taxa de juros de 1% ao mês; ou em até 60 parcelas iguais e sucessivas, com atualização monetária e juros de 1% ao mês.

Acordo Legal: A Corregedoria do Tribunal de Justiça expediu cartas intimando os devedores a quitar os seus débitos. Os contribuintes foram convocados a participar do Acordo Legal, nos dias 3 a 8 de novembro, comparecendo à Arena Fonte Nova, onde foi montada uma estrutura para recepcioná-los e viabilizar a adesão, que também pôde ser feita até 15 de dezembro. Após o período inicial, a SEFAZ expediu 425 mil cartas a contribuintes com débitos na esfera administrativa, que puderam fazer sua adesão pelo site PPI.salvador.ba.com.br ou no posto de atendimento.

Resultados: Até 16 de dezembro, a iniciativa proporcionou a arrecadação de mais de R\$ 37 milhões.

Tabela 5 – Arrecadação PPI2 Acumulada

ARRECAÇÃO ACUMULADA PPI2		
CONTRATOS	CONTRATADO	ARRECADADO
43.265	271.954	37.739

Fonte: DGRM/CCA - até 16 de dezembro/2015.

Parcelamento Administrativo (PAD)

Desburocratização: Implantado em 2014, o PAD corresponde ao parcelamento ordinário de débitos tributários e não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa. Diferente do PPI, ele não concede benefícios sobre os débitos parcelados ou pagos à vista. Sua inovação está em desburocratizar a adesão do contribuinte ao parcelamento, que pode ser realizado através da internet. No PAD, o contribuinte encontra sua cesta de débitos e consolida o valor devido, efetivando um único compromisso de parcelamento, sem precisar se deslocar aos diversos órgãos municipais.

Decreto: Para facilitar e normatizar a adesão ao PAD de débitos não tributários, em setembro de 2015 foi publicado o Decreto nº 26.415, alterando dispositivo que regulamenta o parcelamento. A requerimento do interessado, os débitos não tributários administrados pela SEFAZ podem ser parcelados em conformidade com as regras estabelecidas para o programa, enquanto os administrados pelas demais unidades da Administração Pública Municipal poderão ser incluídos no PAD após serem inscritos em Dívida Ativa.

Resultados: Até setembro de 2015, o programa viabilizou a expressiva arrecadação de R\$ 20,4 milhões.

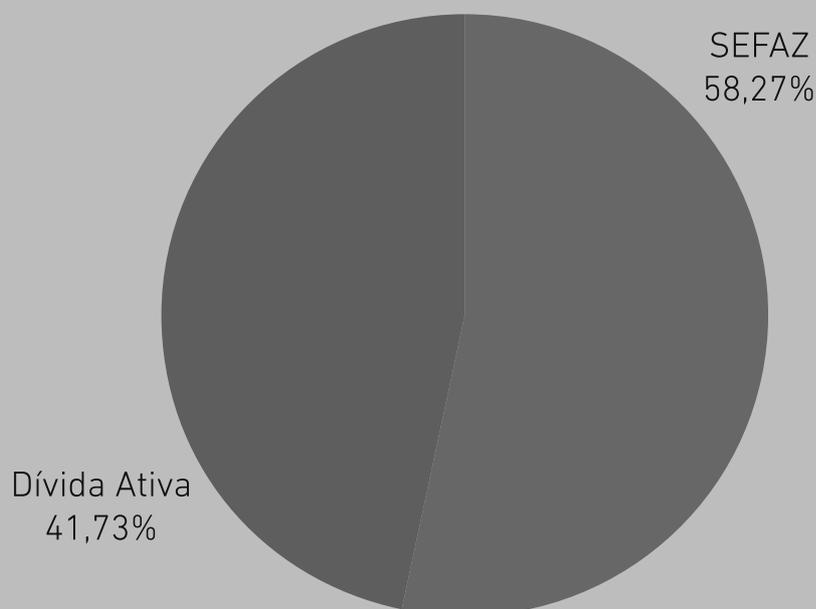


Tabela 6 – Resumo Geral Arrecadação PAD com Multa e Juros

ARRECAÇÃO ACUMULADA PAD			
Origem	2015	2014	Varição 2014/2015 (%)
SEFAZ	11.937,54	1.952,35	511,45
DÍVIDA ATIVA	8.548,81	1.719,35	397,21
Total	20.486,36	3.671,69	457,95

Fonte: CCA - até dezembro/2015.

Gráfico 2 – Arrecadação de PAD Acumulado até setembro/2015



Fonte: CAC.

Programa Nota Salvador

Créditos: Lançado em 2013, o programa prevê concessão de créditos a contribuintes do ISS, de 30% para pessoas físicas, 10% para empresas do Simples Nacional e condomínios e de 5% para substitutos tributários. Os créditos podem ser resgatados em conta corrente ou utilizados para pagamento de até 100% do IPTU.

Sorteios: O Nota Salvador prevê ainda realização de sorteios mensais no montante de R\$ 215 mil. Desde seu lançamento até novembro de 2015, já ocorreram, 22 sorteios, com disponibilização de 343.486 prêmios, no montante de créditos concedidos e prêmios pagos de R\$ 11,4 milhões.

Decretos: Em 2015, foram publicados os decretos nº 25.916/15 e nº 25.917/15 trazendo benefícios aos contribuintes sob a forma de conversão de créditos da Nota Salvador em bônus para celular e carga para o SalvadorCard, já em implantação.



Aumento: Ao longo do ano (ver quadro a seguir), houve um aumento expressivo da utilização do programa, com reflexos na arrecadação e na fruição dos benefícios pelos contribuintes, que exercem sua cidadania ao exigir a emissão da Nota Salvador pelos prestadores de serviços.

Tabela 7 – Comparativo Nota Salvador – Janeiro a Novembro 2014/2015

PROGRAMA NOTA SALVADOR				
ITEM	2015	2014	VARIAÇÃO PERÍODO	VARIAÇÃO %
Quant. Notas Fiscais emitidas válidas (acumulado)	16.579	10.127	6.452	63,71%
Quant. de Empresas emitentes de NFS-e (média)	33	29	4	14,10%
Tomadores de Serviços Pessoa Física (média)	449	387	62	16,10%
Tomadores de Serviços Pessoa Física - cadastrados no senha web (acumulado)	235	135	100	74,42%
Tomadores de Serviços Pessoa Física com bilhetes gerados (acumulado)	348	86	262	306,35%
Tomadores de Serviços Pessoa Física - adesão ao sorteio (acumulado)	77	31	46	146,16%
Bilhetes Gerados (acumulado)	17.048	4.530	12.518	276,30%
Arrecadação ISS (R\$ - acumulado)	820.588	778.578	42.010	5,40%

Fonte: CFI.

Cadastro Informativo Municipal (CADIN)

Cartas: Lançado em 2013, o Cadastro tem se demonstrado uma poderosa ferramenta para o controle e efetivação da cobrança dos débitos para com o município. De janeiro a outubro desse ano, foram emitidas 289.758 cartas, conforme discriminado no quadro a seguir.

Tabela 8 – Cartas Emitidas por Órgão/Entidade

ÓRGÃO/ENTIDADE	QUANTIDADE DE CARTAS EMITIDAS
SEFAZ	258.096
TRANSALVADOR	22.410
SUCOM	4.165
DÍVIDA ATIVA	2.789
SMS	2.296
Total	289.756

Fonte: Sistema CADIN - SECAD/CAF até outubro/15.



Pendências: Na tabela a seguir, é possível conferir as pendências registradas por órgão

Tabela 9 – Posição do CADIN

ÓRGÃO	QTDE.	QTDE. DEVEDORES	VALOR (R\$)
	PENDÊNCIA		
SEFAZ	698.362	166.712	175.417
DÍVIDA ATIVA	1.024.699	17.224	842.757
TRANSALVADOR	27.264	18.138	3.488
SUCOM	2.614	1.718	2.587
SMS	1.146	1.068	610
LIMPURB	3	2	4
TOTAL	1.754.088	204.862	1.024.862

Recuperação de Receitas: No próximo quadro, pode ser conferido um demonstrativo das receitas recuperadas de janeiro a outubro de 2015.

Tabela 10 – Demonstrativo Recuperação de Receitas – CADIN

RECEITA	VALOR ORIGINAL RECUPERADO (R\$)	PARTICIPAÇÃO %
TFF Autônomo	169.400,61	0,33%
IPTU	30.054.018,64	58,57%
TL/TRSD	5.045.830,24	9,83%
TFF Estabelecimento	13.292.446,74	25,90%
ISS Autônomo	1.044.010,38	2,03%
RMU/Permissão de Uso	2894,77	0,01%
Parcelamento	1.706.188,86	3,32%
Total	51.314.790,24	100,00%

Fonte: DW em 13/11/2015 - Período: 01/01/2015 A 31/10/2015.

Rendimentos das Aplicações Financeiras

De janeiro a novembro de 2015, a Prefeitura contabilizou um rendimento em aplicações da ordem de R\$ 109,7 milhões, o que representa um incremento de 56,73% em relação ao rendimento obtido em 2014. O quadro abaixo demonstra os significativos acréscimos obtidos após as mudanças implementadas pela SEFAZ desde 2013 na sistemática de aplicação financeira.

Tabela 11 – Rendimento de Aplicações Financeiras

RENDIMENTO DE APLICAÇÕES				
2015 (R\$)	2014 (R\$)	2013 (R\$)	Variação (2015/2014)	Variação (2015/2013)
109.708,	70.000,	28.900,	56,73%	279,61%

Fonte: CAF – 2015: até novembro.



Uso de Imóveis Municipais

A regularização do uso de imóveis municipais vem representando mais uma fonte de receita para o município. Além disso, esta frente de trabalho retoma o mapeamento para atualização da base de dados imobiliária de propriedades do município. De janeiro a outubro de 2015, foram arrecadados mais de R\$ 7,5 milhões com o uso de imóveis do município (ver quadro abaixo).

Tabela 12 – Receitas oriundas do uso de imóveis municipais

TIPO DE RECEITA	TOTAIS
Foro	2.090.537,95
TDU	2.027.467,14
PULP	1.669.927,24
Permissão de Uso	614.009,46
Concessão de uso	604.945,46
Resgate de Enfiteseu	365.609,57
Outras	134.021,59
Totais	7.506.518,41

Fonte: CAP – até outubro/2015.

Despesas Executadas

O quadro abaixo mostra as principais despesas executadas pelo município de janeiro a outubro de 2015.

Tabela 13 – Quadro das Principais Despesas Executadas

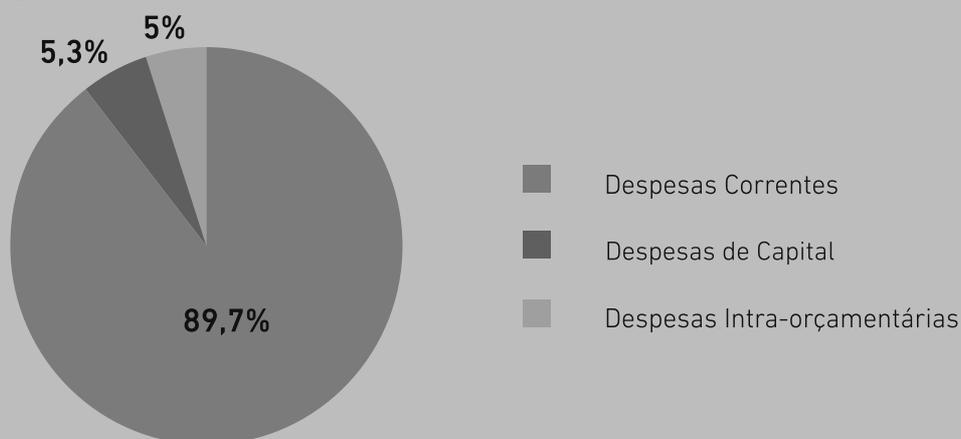
DESPESAS EXECUTADAS			
DESPESAS	Até outubro 2014	Até outubro 2015	Crescimento %
	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS
	LIQUIDADAS	LIQUIDADAS	LIQUIDADAS
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	3.444.322	3.776.332	9,64%
DESPESAS CORRENTES	3.182.147	3.564.270	12,01%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.546.658	1.715.775	10,93%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	56.682	58.304	2,86%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.578.807	1.790.191	13,39%
DESPESAS DE CAPITAL	262.175	212.062	-19,11%
INVESTIMENTOS	192.032	140.693	-26,73%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.142	71.369	1,75%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	172.832	198.144	14,65%
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	3.617.154	3.974.476	9,88%



Composição das despesas

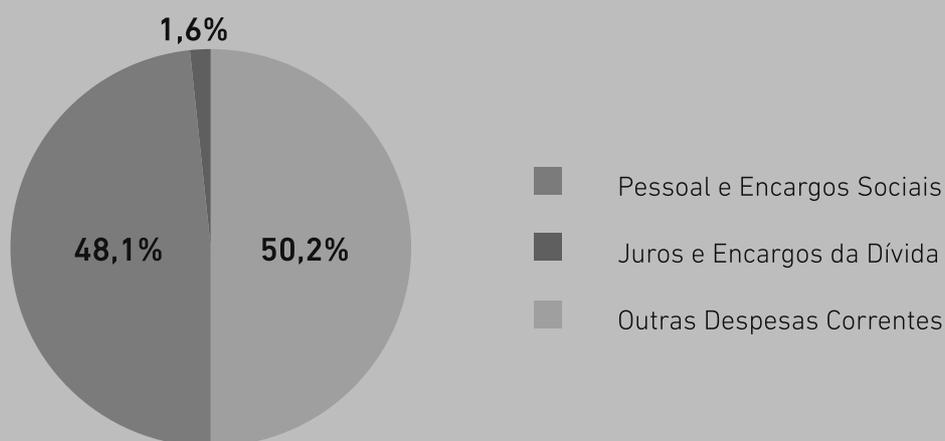
As despesas correntes (R\$ 3,564 bilhões) foram responsáveis por 89,6% das despesas totais (R\$ 3,974 bilhões). As despesas com Pessoal/Encargos (R\$1,715 bilhão) corresponderam a 48,2% das despesas correntes e a 43,1% das despesas totais. Já as outras despesas correntes, no valor de R\$ 1,791 bilhão, representaram 50,2% das despesas correntes e 45,1% das totais.

Gráfico 3 – Composição da Despesa Total



Fonte: CCT – até outubro de 2015.

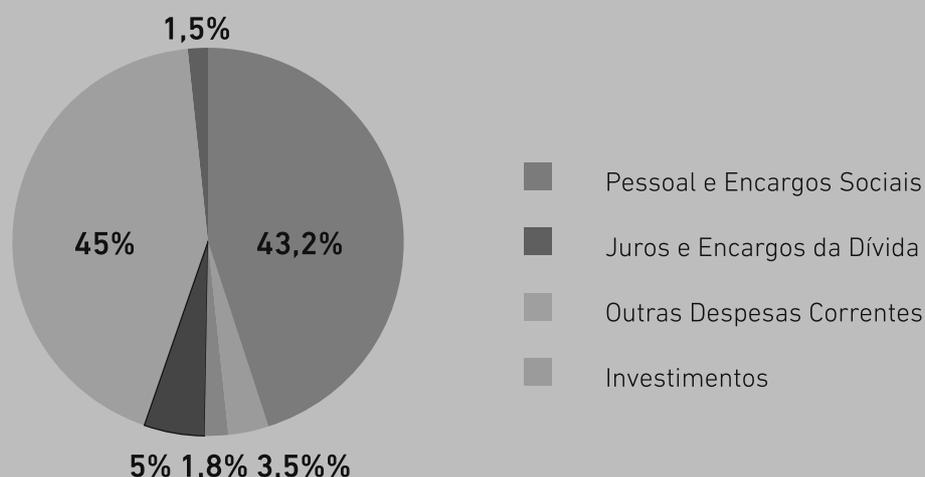
Gráfico 4 – Composição das Despesas Correntes



Fonte: CCT – até outubro de 2015.



Gráfico 5 – Composição das Despesas Correntes



Fonte: CCT – até outubro de 2015.

Investimentos

Despesas de capital: As despesas de capital (R\$ 212 milhões) significam apenas 5,4% da despesa total. De seu total, R\$ 141 milhões referem-se a investimentos.

Tabela 14 – Despesas de Investimento com Obras e Manutenção da Cidade

INVESTIMENTOS	R\$ mil	
	EMPENHADO	LIQUIDADO
AGRUPAMENTO		
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	107	102
Auxílios	107	102
Aplicações Diretas	261.370	140.591
Outros Serviços de Terceiro - P.Jurídica	10.476	2.128
Obras e Instalações	206.231	102.159
Equipamento e Material Permanente	33.537	25.178
Aquisição de Imóveis	1.617	1.617
Despesas de Exercícios Anteriores	2.246	2.246
Indenizações e Restituições	7.262	7.262
TOTAL	261.478	140.693

Fonte: SIGEF / SSA - Módulo de Acompanhamento da Execução Orçamentária – até outubro/2015.



Projetos finalísticos: Além dos R\$ 141 milhões em investimentos contabilizados como receitas de capital, há outros R\$ 590 milhões em projetos finalísticos, que apesar de serem contabilizados como Outras Receitas Correntes, dizem respeito à recuperação e qualificação da infraestrutura da cidade. Com isso, o valor final de investimentos foi da ordem de R\$ 731 milhões.

Tabela 15 – Despesas de Investimento com Obras e Manutenção da Cidade

INVESTIMENTO EM OBRAS E MANUTENÇÃO DA CIDADE			R\$ mil
AÇÃO	Obras	Ações de Manutenção na Cidade	Total
	Liquidação		
	até outubro	até outubro	até outubro
Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde	7.675	963	8.638
Construção, Reforma e Aparelhamento de Escolas e Centros Munc. de Educ. Infantil	38.643	31.824	70.468
Requalificação de Espaços Urbanos e Manutenção de Vias Públicas	66.767	339.395	406.162
Realização de Ações de Defesa Civil e Vigilância Ambiental	2.653	578	3.231
Produção e Elaboração de Projetos Estruturantes	10.148	5.037	15.186
Construção e Recuperação de Prédios Públicos e Ações de Proteção do Patrimônio Público	4.236	129	4.365
Expansão, Modernização e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	-	64.798	64.798
Implantação, Requalificação e Manutenção de Equipamentos Culturais e Bibliotecas Municipais	270	319	589
Sinalização de Vias Públicas para Ações de Trânsito e Turismo	1.580	14.516	16.096
TOTAL	131.973	457.560	589.534



Cenário saudável: Os investimentos foram financiados, em sua quase totalidade, com receitas correntes provenientes de poupança, após os gastos obrigatórios com pessoal, juros e encargos da dívida e despesas de custeio. O cenário demonstra uma situação financeira saudável, mas aponta para o fato de que um aumento substancial de investimentos só será possível com aportes advindos de Operações de Crédito e Transferências federais.

Contingenciamento do Orçamento

Ao longo do ano, o município prosseguiu com a condução de uma política austera. Até novembro, foi contingenciado um montante de R\$1,15 bilhão, contra R\$1,4 bilhão em 2014.

Índice de Gastos com Pessoal, Educação e Saúde

Em atendimento aos limites determinados pela Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura exerceu controle sobre os gastos com Pessoal, Educação e Saúde. De janeiro a agosto de 2015, as despesas com Pessoal corresponderam a 46,8% da Receita Corrente Líquida, bem abaixo do limite máximo de 54%. No caso dos Índices de Gastos com Educação e Saúde, os percentuais calculados até outubro ficaram um pouco acima dos limites constitucionais anuais, correspondendo, respectivamente a 26%, 04% e 18,17%.

Tabela 16 – Índice de Gastos com Pessoal

Despesa com Pessoal para fins de Limite da LRF				R\$ milhões	
Detalhamento	Despesas Liquidadas	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Executivo	2.218	46,80	48,60	51,30	54,00
RCL Últimos 12 meses = 4.740					

Fonte: CCT (RGF - ANEXO 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") – até agosto de 2015.



Tabela 17 – Índice de Aplicação em Educação

RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
Descrição	Até outubro/2015
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	2.703.766.332,84
Valor Aplicado das Despesas Próprias com Educação	703.937.125,88
Percentual Aplicado em Educação	26,04%
Limite Constitucional Anual: 25%	

Tabela 18 – Índice de Aplicação em Saúde

RECEITAS E DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS COM SAÚDE	
Descrição	Até outubro/2015
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	2.695.775.916,53
Valor Aplicado das Despesas Próprias com Saúde	489.892.319,25
Percentual Aplicado em Educação	18,17%
Limite Constitucional Anual: 15%	

Fonte: CCT (RGF - ANEXO 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") – até agosto de 2015.



Restituições de Tributos

De janeiro a outubro, foram efetuados pagamentos da ordem de R\$ 2,5 milhões a título de restituições de tributos.

Tabela 19 - Pagamento de Restituição de Tributos - 2015

Mês	TRIBUTOS						
	IPTU	TRSD	ISS	TFF	TLL	ITIV	OUTROS
Jan/15	-	-	-	-	-	-	-
Fev/15	-	-	-	-	-	234.968,47	-
Mar/15	-	-	76.368,76	-	-	-	-
Abr/15	40.368,29	304,93	60.300,72	330,48	-	421.154,17	-
Mai/15	24.418,03	658,94	57.726,04	1.730,33	-	96.459,25	-
Jun/15	3.857,24	4.023,01	-	-	-	13.852,84	-
Jul/15	-	-	-	-	-	15.941,29	-
Ago/15	2.131,43	2.994,59	62.017,47	10.143,10	-	194.587,09	-
Set/15	89.297,88	30.246,15	39.860,73	13.318,84	890,98	641.791,06	-
Out/15	45.768,87	7.368,41	46.661,83	5.715,99	101,26	247.166,61	29.840,28
Nov/15	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Dez/15	-	-	-	-	-	-	-
Total	205.841,72	45.596,03	342.935,55	31.238,74	992,24	1.865.920,78	29.840,28
Total Geral				2.522.365,34			

Fonte: SICON/CCT/SEFAZ

Sistema de Gestão Fiscal (SIGEF)

Adquirido através de cessão pública, o Sistema está sendo customizado para atender às necessidades da SEFAZ. O objetivo da implantação, que está em fase avançada, é otimizar os processos internos da Secretaria, melhorar o controle financeiro e prestar melhores serviços aos clientes da administração direta e indireta. Até setembro de 2015, 12 subsistemas do SIGEF já haviam sido implantados, contemplando processos como Segurança e Controle de Acesso, Folha de Pagamento e Execução Financeira.



Redução da Dívida

Ações: Em 2015, foram mantidas ações para a redução de dívidas, como o parcelamento das dívidas de Contribuição Previdenciárias e PASEP; a revisão, recálculo e pagamento de precatórios; a renegociação da dívida consolidada junto ao Tesouro Nacional; o pagamento de despesas de exercícios anteriores e de restituições de tributos pendentes desde 2008; a adoção de sistemática para pagamento a fornecedores com créditos até 50 mil e acima de 50 mil e a suspensão de pagamentos resultantes de acordos administrativos e de pagamentos com utilização de Transcons, além de um maior gerenciamento da dívida pública municipal.

Valores: Até outubro, o total pago a título de dívida pública em 2015 foi de R\$ 125.710.892,40 (valores nominais).

Perfil: A quitação de passivos mais onerosos ou sua substituição por dívidas com indexadores mais favoráveis permitiram uma melhoria do perfil de endividamento.

Tabela 20 – Pagamentos Dívida 2015

PAGAMENTO DÍVIDA	
PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS
R\$ 68.604.520,95	R\$ 57.106.371,45

Saldo: Foi obtida uma redução de 20,92% da dívida consolidada líquida até agosto de 2015 em relação ao exercício de 2014. O percentual desta dívida apurado no período passou a corresponder a 23,76% da receita corrente líquida, que também apresentou elevação no ano. Com isso, o índice manteve-se muito abaixo do limite legal de 120%, abrindo um limite de saldo adicional para endividamento da ordem de R\$ 4,56 bilhões.

Tabela 21 – Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida

Em milhão

DISCRIMINAÇÃO	DCL	RCL	DCL/RCL
Até Agosto de 2015	1.126	4.740	23,76%
Exercício de 2014	1.424	4.684	30,40%
Exercício de 2013	1.691	4.060	41,65%
Limite da Dívida Consolidada Líquida = 1,2 x RCL:			5.688

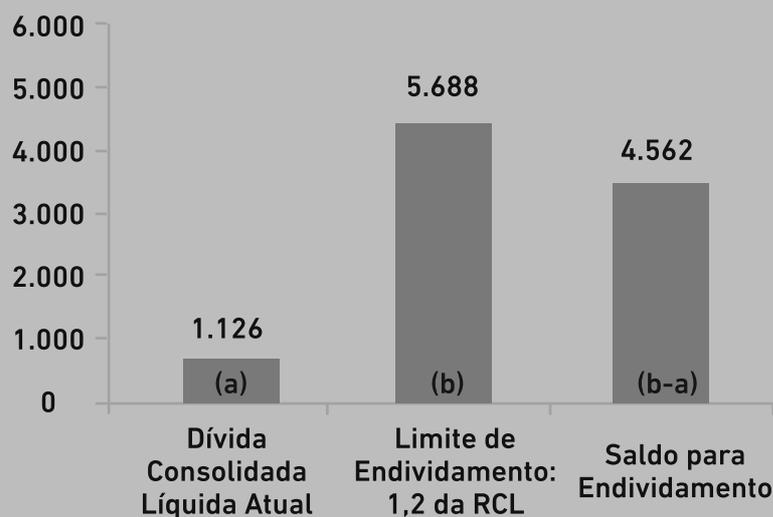
Fonte: CCT - SEICO,(RGF - Anexo 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b") – Agosto 2015.

Abaixo do limite: Além disso, em 31 de agosto, a dívida consolidada apresentou um volume 405% abaixo do limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal, tendo-se ainda que observar critérios adicionais pertinentes.



Gráfico 6 – Dívida consolidada x Limite de endividamento

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM 31/08/2015 DE ACORDO COM O LIMITE ESTABELECIDO PELO SENADO FEDERAL



Em milhões

Alienação de Áreas Inservíveis

De janeiro a novembro de 2015, foram lançados 23 editais de licitação que já viabilizaram, neste mesmo período, a alienação de 10 áreas inservíveis. Os editais são decorrentes da lei nº 8.655/2014 que identificou 59 áreas públicas para alienação. No mesmo ano, foram 3 as áreas alienadas.

Tabela 22 – Alienação de Áreas em 2015

RESULTADO DAS ALIENAÇÕES DE ÁREAS			
CONCORRÊNCIA	ID	VALOR DA ALIENAÇÃO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
005/2014	046	1.720.000,00	A PRAZO
006/2014	004	3.000.000,00	A PRAZO
008/2014	038	18.650.000,00	À VISTA
002/2015	049	9.501.000,00	À VISTA
004/2015	039-1	3.527.000,00	À VISTA
005/2015	014	2.501.000,00	A PRAZO
006/2015	015	691.000,00	A PRAZO
007/2015	055	63.000,00	À VISTA
008/2015	055	63.000,00	À VISTA
016/2015	035	7.500.000,00	A PRAZO
TOTAL		47.216.000,00	

Fonte: COEL - novembro/2015.



Digitalização de Acervo

Como parte do trabalho de gerenciamento do acervo documental dos imóveis municipais, foram digitalizadas 15.755 folhas de livros e folhas soltas, além de mapas de propriedades da SEFAZ/CAP e SUCOM.

Tabela 23 – Digitalização de Documentos e Mapas

LIVROS	QTD.	Nº FOLHAS
AVERBAÇÃO	16	4.414
FORO	14	3.895
CONCESSÃO DE USO	3	730
DOMÍNIO PLENO	2	400
RENDA	8	2.200
DOCUMENTOS DIVERSOS FOLHA SOLTA		4.116

Tamanho das folhas: A3 e A4.

MAPAS DIGITALIZADOS	
CAP	1.066
SUCOM	1.335

Análise e julgamento das impugnações do IPTU

Força tarefa: Devido ao elevado número de impugnações dos valores do IPTU lançados em 2014, a SEFAZ criou uma “força tarefa” para racionalizar o processo, ampliando o número de impugnações analisadas e reduzindo o tempo de resposta e atendimento. Dos 15.769 processos de impugnação abertos em 2014, 12.918 foram concluídos até novembro deste ano. Já em 2015 foram concluídos 6.001 processos de um total de 9.582.

Internet: Para aperfeiçoar o relacionamento com o contribuinte e facilitar o processo de julgamento, em 2015 as impugnações referentes ao IPTU passaram a ser feitas exclusivamente pela internet.

Tabela 24 – Número de Processos Impugnações do IPTU 2014 e 2015

IMPUGNAÇÕES IPTU 2014	
FATO	QUANTIDADE
TOTAL DE IMPUGNAÇÕES	15.769
TOTAL CONCLUÍDO	12.918
Aguardando Resultado	2.851

Posição em 17/11/2015.



IMPUGNAÇÕES IPTU 2015	
FATO	QUANTIDADE
TOTAL DE IMPUGNAÇÕES	9.582
TOTAL CONCLUÍDO	6.001
Aguardando Resultado	3.581

Posição em 17/11/2015.

Segmentação da Fiscalização do ISS

Em 2015, a SEFAZ, por intermédio da Coordenadoria de Fiscalização implantou a segmentação fiscal das atividades sujeitas à cobrança do ISS. A portaria de nº 114/2015 definiu uma nova sistemática para planejamento e execução das ações fiscais. O objetivo foi aperfeiçoar o monitoramento do comportamento dos contribuintes inscritos no cadastro do município, detectando inconsistências em relação ao aferimento de receita, pagamento do tributo e emissão de notas fiscais de prestação de serviços. Para isso, serão definidos relatórios de acompanhamento, que constituirão malhas fiscais, além de servirem de base para a realização ou não de ações fiscais específicas.

Depósitos Judiciais

Salvador foi uma das primeiras entre as capitais brasileiras a ter acesso aos recursos dos Depósitos Judiciais, graças ao atendimento pela Prefeitura das exigências feitas pelo Tribunal de Justiça e Banco do Brasil. Até o final de novembro, a SEFAZ recebeu R\$ 91 milhões, a serem aplicados no pagamento de Precatórios e de Dívidas do Município.

Contencioso Fiscal

Conselho: O Conselho Municipal de Tributos é um órgão colegiado judicante, subordinado ao secretário Municipal da Fazenda, mas independente quanto à sua função de julgamento. Composto por representantes da Prefeitura e de contribuintes, o Conselho tem por finalidade o julgamento administrativo, em grau de recurso e em última instância. São unidades do Conselho a primeira e segunda Câmaras Julgadoras, as Câmaras Reunidas e a Secretaria Administrativa do Conselho.

Processos: Nas Câmaras Julgadoras, foram julgados até outubro, 462 processos, sendo que 45,89% foram julgados procedentes, 42,64% nulos e 2,16% improcedentes. Nas Câmaras Reunidas, foram julgados até outubro, quatro processos, todos de Notificação Fiscal de Lançamento. Dois foram julgados procedentes e dois improcedentes.



Tabela 25 – Desempenho nos Julgamentos – Câmaras Julgadoras 2015 (até outubro)

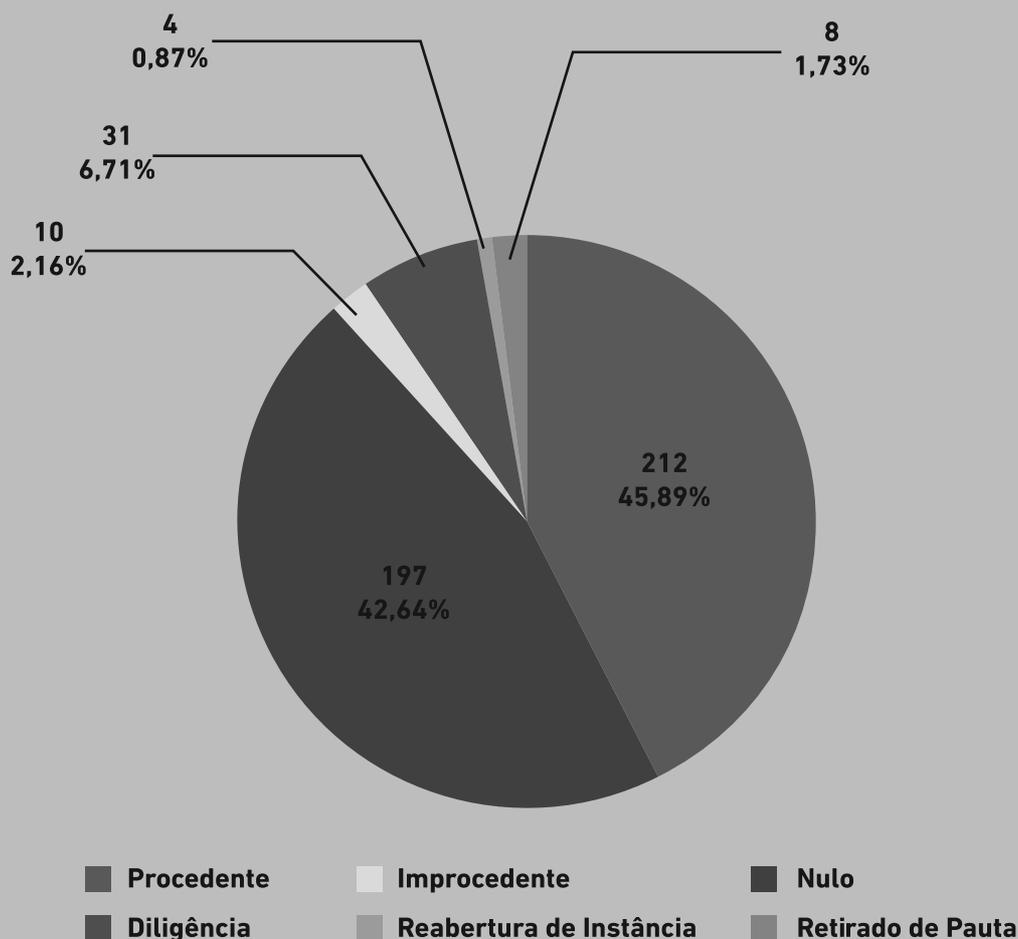
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO 2015 - NFL'S E AI'S - CÂMARAS JULGADORAS											
Mês da Sessão	Autos da Sessão	Adiados de outra sessão	Adiados da sessão	Total sessão	Procedente	Improcedente	Nulo	Diligência	Reabertura de Instância	Retirado de pauta	Total
Jan	25	0	0	25	24	0	0	0	0	1	25
Fev	32	0	1	31	26	0	1	3	0	1	31
Mar	97	1	0	98	11	1	85	1	0	0	98
Abr	93	0	0	93	3	2	84	1	2	1	93
Mai	50	0	1	49	17	3	26	1	0	2	49
Jun	22	1	1	22	17	0	0	3	1	1	22
Jul	34	1	2	33	28	1	1	3	0	0	33
Ago	32	2	1	33	30	1	0	2	0	0	33
Set	36	1	0	37	27	1	0	7	0	2	37
Out	41	0	0	41	29	1	0	10	1	0	41
Total	462	6	6	462	212	10	197	31	4	8	462
Estatística de julgamento				100%	45,9%	2,2%	42,6%	6,7%	0,9%	1,7%	100%

Fonte: Secretaria Administrativa do Conselho



Gráfico 7 – Comparativo de Resultado de Julgamento

COMPARATIVO DE RESULTADOS DE JULGAMENTO CONSOLIDADO ACUMULADO ATÉ OUTUBRO DE 2015 - CÂMARAS JULGADORAS



Programa de Incentivos Fiscais

Projeto Linha Viva: O projeto de Lei nº 78/2015 autoriza o Poder Executivo a promover a concessão de serviço público precedido de obra pública da rodovia expressa Linha Viva, concedendo benefícios fiscais do ISS relativo às obras e instalações, por tempo determinado. Permite isenção por até 10 anos do pagamento de ISS pelos serviços de implantação da rodovia. O prazo da concessão é de 35 anos, prorrogável.

Parcelamento do ITIV e Remissão de Créditos do IPTU para Terreiros: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 181/15, aprovado pela Câmara em novembro de 2015, o projeto insere nova hipótese de transação, quando transcorridos cinco anos da propositura da execução fiscal; concede novas hipóteses de isenção e autoriza a remissão de créditos de IPTU para terreiros e construção de



empreendimentos vinculados aos programas habitacionais de interesse social; além de criar novas regras para pagamento do ITIV e permitir o parcelamento na Outorga Onerosa.

Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI): O objetivo do programa é fomentar e estimular a recuperação e uso de sítios subutilizados, abandonados ou degradados. Para isso, serão concedidos incentivos relativos a até 50% dos investimentos realizados, obtidos na forma da emissão de Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Sustentável e de Inovação (CIDEI), a ser utilizado no pagamento de IPTU e ISS.

Programa de Redução do IPTU para Clubes Sociais, de Futebol e Esportes Olímpicos: Aprovado pela Câmara Municipal em 9 de novembro, o projeto de Lei 397/2015 autoriza o Poder Executivo a reduzir em até 70% o valor do IPTU dos clubes sociais e recreativos, de regatas, agremiações e clubes de caráter desportivo e de futebol, em especial aqueles filiados à Federação de Esporte Olímpico ou Paralímpico, que desenvolvam projetos sociais ou cedam seus espaços e equipamentos para projetos da Prefeitura. O objetivo é estimular a prática de esportes, aproveitando a proximidade da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Convocação de Concursados

Em razão das aposentadorias ocorridas nos últimos anos e da demanda por profissionais para a implantação de inúmeros projetos, foi aberto concurso público para ingresso em cargos de Auditor Fiscal (37 vagas), Analista Fazendário (46 vagas) e Auditor Interno (7 vagas). Ao longo do ano, foram convocados 28 destes profissionais.

Tabela 26 – Vagas para os Cargos de Auditor Fiscal, Analista Fazendário e Auditor Interno

CARGO	QTE. DE VAGAS			
	GESTÃO TRIBUTÁRIA	TIC	IMOBILIÁRIO	TOTAL
Auditor Fiscal (40 horas)	25	12	N/A	37
Analista Fazendário (40 horas)	44	N/A	02	46
Auditor Interno (40 horas)	N/A	N/A	N/A	7

Fonte: CAD.

Tabela 27 – Quantidade de Convocados

CARGO	ÁREA	QUANTIDADE
Auditor Fiscal	Administração Tributária	014
Auditor Fiscal	Tecnologia da Informação	002
Analista Fazendário	Administração Tributária	010
Analista Fazendário	Imobiliário	000
Auditor Interno		002

Obs.: Dos 28 convocados, 02 candidatos passaram em dois cargos e optaram pelo Cargo de Auditor Fiscal. A convocação dar-se-á conforme classificação.

**Contratação de Operação de Crédito – BNDES/PMAT**

Captação de recursos: Após 12 anos sem firmar operações de crédito, o município, sob a condução da Casa Civil, está apto a alçar voos na captação de recursos junto a diversos órgãos financiadores, graças a uma série de ações gerenciais que resultaram na eliminação de pendências junto ao Cadastro Único de Convênio (CAUC).

Contrato: Em 4 de maio de 2015, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES/PMAT, no valor de R\$ 50,8 milhões destinados à modernização da Administração Tributária e à melhoria contínua dos indicadores de desempenho dos serviços públicos. O acompanhamento e gerenciamento do convênio ficou a cargo da SEFAZ com o suporte do Núcleo Especial de Modernização da Gestão Municipal (NEMAG).

Andamento: A iniciativa abrange projetos estratégicos da SEFAZ, PGMS, SUCOM e SEMGE. Em 2015, o programa caminhou a pleno vapor, tendo alguns projetos sido totalmente concluídos e outros em execução com várias etapas implantadas, a exemplo do Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira.

Tabela 28 – Quadro Resumo de Usos e Fontes ações e fonte de recursos

QUADRO DE USOS E FONTES POR AÇÕES			
Nº	Itens	Total	%
1	Modernização da Infraestrutura Física (SEFAZ e PGMS)	4.110.890	5,9%
2	Modernização Tecnológica (SEFAZ/SUCOM/PGMS/SEMGE)	38.906.834	56,3%
3	Gestão de Documentos (SEFAZ e PGMS)	2.278.600	3,3%
4	Gestão de Processos (SEFAZ/SUCOM/PGMS)	920.200	1,3%
5	Cadastro Multifinalitário e Recadastramento de Imóveis (SEFAZ)	20.020.000	28,9%
6	Redefinição de Taxas e Recadastramento de Publicidade (SUCOM)	1.400.000	2,0%
7	Consultorias Institucionais (SUCOM)	965.556	1,4%
8	Capacitações (SEFAZ/SUCOM)	560.400	0,8%
TOTAL		69.162.480,05	100%
RECURSOS POR FONTES			
	Itens	Total	%
	Recursos próprios	18.281.980	26%
	BNDES	50.880.499	74%



Tabela 29 – Projetos PMAT em execução e/ou processos em andamento

AÇÃO/PRODUTO	UNIDADE EXECUTORA	APROVADO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	STATUS
Modernização de TIC – Sala Cofre	SEFAZ	3.770,	2.393,	50%
SIGEF – Sistema de Gestão Orçamentário-Financeira	SEFAZ	3.402,	1.461,	60%
Plataforma Integrada de Relacionamento com o Cidadão – Salvador Interativa	SEMGE	6.500,	0	25%
Sistema Integrado de Gestão de Pessoas Web – SIGP Web	SEMGE	12.056,	0	25%
Cadastro Multifinalitário – Cartografia Digital SEFAZ	SEFAZ	9.519,	Licitação em andamento. Em fase de julgamento das Propostas Técnicas.	
Reforma da PGMS	PGMS	1.000,	Licitação em andamento. Em fase de Homologação da Licitação.	
Sistema de Informações Georeferenciadas	SEFAZ	2.100,	Projeto básico concluído, para lançamento da licitação.	
Projeto de rede sem fio para SEFAZ/SUCOM/PGMS	PGMS	190,	Termo de Referência concluído para lançamento da licitação.	
TOTAL		38.538,	3.854,	

Mobiliário e equipamentos: Com recursos do BNDES no montante de R\$ 1,15 milhão, foi adquirido mobiliário para a SEFAZ e PGMS, com o objetivo de modernizar a infraestrutura e propiciar melhores condições físicas de trabalho às equipes. Foram adquiridos ainda, 600 computadores e 30 notebooks no valor de R\$ 2,12 milhões, para atualizar o parque de TIC da Secretaria.

Projeto do Cadastro Multifinalitário (CTM)

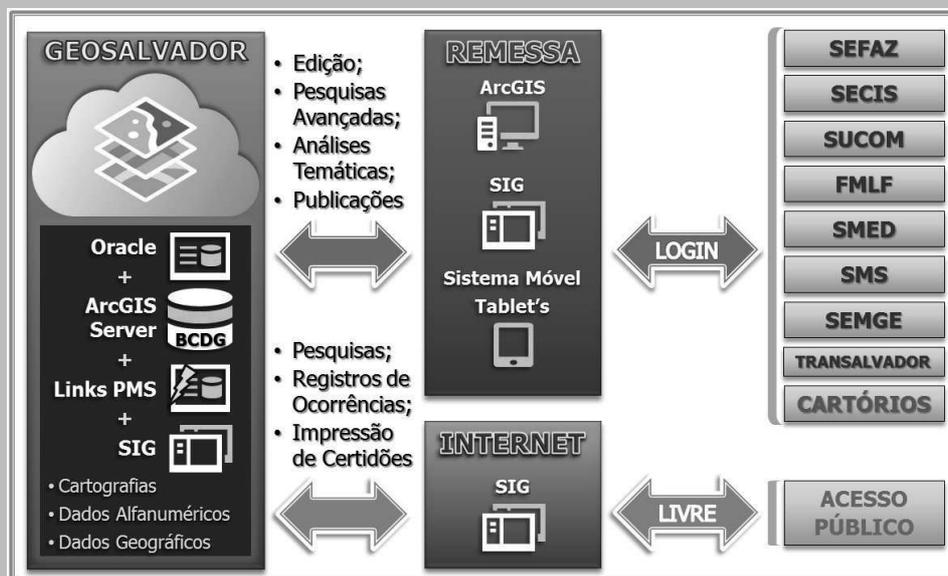
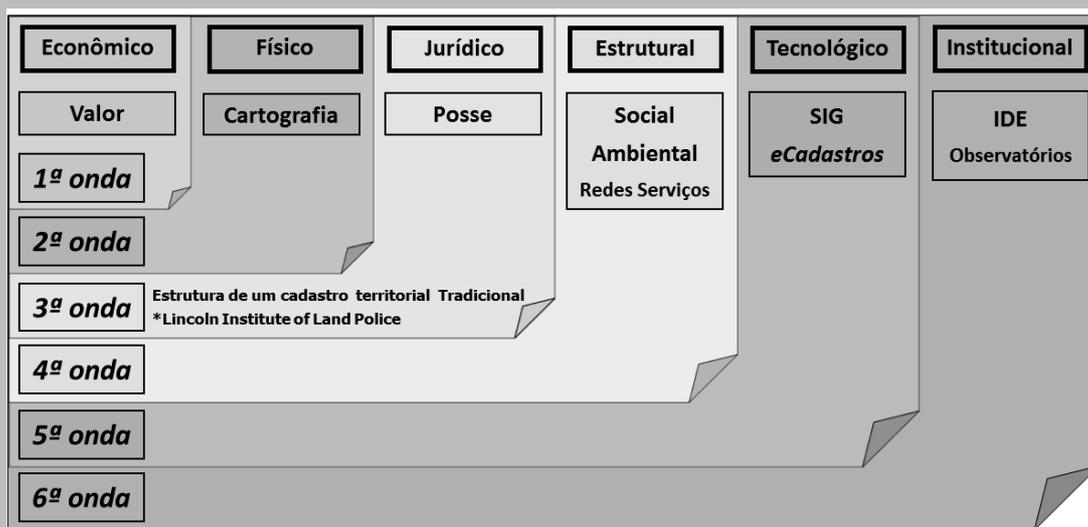
Base de dados: O CTM é uma base cartográfica e alfanumérica que descreve o sistema urbano (e rural) através das suas unidades imobiliárias, permitindo a construção de diversas bases temáticas, como a base de dados do sistema de saúde, o cadastro de áreas verdes e públicas e o cadastro tributário. O maior interesse na implementação do cadastro é a atualização da base de contribuintes do IPTU, que pode resultar em aumento na arrecadação do imposto.



Grupo de Trabalho: Desde 2013, a Prefeitura conta com um Grupo de Trabalho responsável pela especificação e elaboração do projeto básico da Cartografia Cadastral e do Sistema de Informações Geográficas do Cadastro Multifinalitário. O GT é coordenado por representante da SEFAZ, com representantes dos órgãos sistêmicos da PMS.

Licitação: Atualmente encontra-se em estágio final a licitação para a execução da primeira fase do projeto, que contempla aquisição de cartografia e de geotecnologias, incluindo a implantação de um Sistema de Informações Geográficas para internet (SIG) e ferramentas avançadas de geoprocessamento. A tecnologia permitirá, entre outras coisas, o armazenamento de todas as cartografias existentes, além do armazenamento, edição, análise e disponibilização via internet de milhares de dados da Prefeitura, com possibilidade de interação com o cidadão, através do registro de ocorrências no próprio aplicativo.

Ondas do Cadastro Multifinalitário





Projeto de Implantação de Data Center

A instalação de uma Sala Cofre para o Data Center da SEFAZ, acha-se com 50% dos trabalhos concluídos. A iniciativa visa garantir a proteção física dos equipamentos de TI e a segurança dos dados, fornecendo condições ambientais ideais para o funcionamento ininterrupto dos sistemas. O projeto prevê a montagem de um espaço de 22 m² no subsolo do edifício sede da Secretaria e de uma sala de "UPS" (Fonte de Alimentação Ininterrupta).

O trabalho realizado até agora incluiu a elaboração dos projetos executivos do data center, elementos da célula e a montagem da Sala Cofre. Os próximos passos previstos são a instalação de sistemas (refrigeração, elétrico, monitoramento, controle de acesso, cabeamento e CFTV), a operação assistida dos equipamentos e o treinamento da equipe.

